

REFLEXÕES SOBRE AS REVISTAS BRASILEIRAS

STUMPF, Ida Regina Chitto

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

RESUMO

São feitas algumas considerações sobre as revistas científicas brasileiras em relação à definição do que sejam estas publicações, seu controle e proliferação. Indica os problemas mais comuns que apresentam bem como os principais programas nacionais de apoio à sua publicação. Aborda ainda as novas tendências de publicações eletrônicas.

Palavras-chave: Periódicos. Ciência. Informação.

1 DEFINIÇÃO, CONTROLE E PROLIFERAÇÃO

A complexidade do estudo das revistas brasileiras começa pela própria definição do que sejam estas publicações, passando também pelo seu controle e proliferação. Na literatura brasileira, palavras como publicações periódicas, periódicos, publicações seriadas e revistas se apresentam tanto como sinônimos como gênero e espécie. Neste sentido, publicações seriadas são consideradas como a categoria maior e mais abrangente, podendo ser definida como publicações editadas em partes sucessivas, com indicações numéricas ou cronológicas, destinadas a serem continuadas indefinidamente. Elas incluem, como espécie, periódicos, jornais, anuários, anais de sociedades científicas, entre outros. Assim, os periódicos se constituem em uma das categorias das publicações seriadas, que apresentam como características particulares serem feitas em partes ou fascículos, numeradas progressiva ou cronologicamente, reunidas sob um título comum, editadas em intervalos regulares, com a intenção de continuidade infinita, formadas por contribuições, na forma de artigos assinados, sob a direção de um editor, com um plano definido que indica a necessidade de um planejamento prévio.

Machlup, Lesson e outros (1978) dividem os periódicos em dois grandes grupos, de acordo com o tipo de leitores a que se destinam: os dedicados aos leitores gerais e não especializados, são os "magazines", em inglês, e os dedicados aos leitores especialistas em determinadas área ou interessados no tratamento intelectualizado de um assunto, são os "journals". Isto significa que os "magazines" são entendidos como publicações que apresentam contribuições não científicas, enquanto os "journals" são, por definição, publicações científicas. Em português, na falta de termos mais

apropriados, os "magazines" são conhecidos por revistas e os "journals" podem ser denominados tanto por "revistas científicas" quanto por "periódicos científicos".

O uso dos termos "periódicos científicos" ou "revistas científicas" é diferenciado pelo tipo de profissionais que os utilizam. Os bibliotecários preferem a denominação "periódicos científicos", utilizando esta forma de expressão como termo técnico. Já os pesquisadores, cientistas, professores e estudantes preferem a denominação "revistas científicas". Este grupo muitas vezes nem se preocupa em qualificar o termos "revistas" pelo adjetivo "científicas", considerando que o próprio ambiente acadêmico em que estas publicações são usadas dispensa esta qualificação.

A proliferação dos títulos das revistas, em âmbito mundial e nos diversos ramos da ciência, tem sido uma das preocupações dos cientistas e de suas instituições neste final de século. A estimativa é de que o número chegue a um milhão de títulos, em suportes diversos, no ano 2000. Com isto, torna-se difícil saber que títulos são estes, onde são publicados, por qual instituição e a que área do conhecimento se dedicam. Isto é mais grave nos países em que a informação científica não é objeto de políticas e programas.

No Brasil, a primeira tentativa de controle dos títulos de publicações periódicas foi feita pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD - e teve como título **Periódicos Brasileiros de Cultura**, publicada em 1956. A publicação incluiu 1087 títulos, de todas as áreas da cultura. Outra edição foi publicada em 1968, ainda com o mesmo título, incluindo 2049 periódicos. Em 1977, uma nova edição, agora limitando-se apenas a periódicos da área científica e tecnológica, incluiu 2927 títulos e denominou-se **Periódicos Brasileiros de Ciência e Tecnologia**, já agora publicada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - sucessor do IBBD. Em 1987, uma atualização foi feita, e recebeu a denominação de **Guia de Publicações Seriadas Brasileiras**, ampliando o tipo de publicações incluídas. Porém, é de se estranhar que, mesmo com tal simplificação, tenha diminuído o número de títulos que apresenta, pois referencia apenas 1577 títulos. Esta obra indica que "arrola publicações seriadas, principalmente periódicos de interesse para as áreas científicas e tecnológicas" sem definir o que seja este tipo de publicação (IBICT, 1987, Apresentação, p.5).

Pelas informações aqui apresentadas, verifica-se que, no Brasil, fazer estimativas e controle das publicações periódicas de cunho científico é muito difícil, passando inclusive pela definição do tipo de publicação que são incluídas. Atualmente, a quantificação mais fiel que podemos ter é a do registro do ISSN - International Standard Serial Number, feito pelo IBICT. No entanto, como o próprio nome indica, o registro é de publicações seriadas que, apesar de incluírem os periódicos, não é de sua

exclusividade, tal como ocorreu com o Guia de Publicações Seriadadas Brasileiras, anteriormente referido. Outro problema deste registro é que as publicações que não são mais editadas continuam a contar no cômputo geral, o mesmo ocorrendo com as que alteraram seu título que contam como novo registro.

Assim, o número de 7.946 registros de publicações seriadas brasileiras, obtido em 25 de fevereiro de 1998 junto ao IBICT, não significa que, de fato, o Brasil esteja publicando esta quantidade de periódicos, sendo apenas uma quantificação aproximada e possível de todo tipo de seriado.

As dificuldades para seguir a sobrevivência das revistas brasileiras também são muito grandes. Poblacion e outros (1980), estudando este assunto na área médica, descobriu que dos 2.099 títulos editados entre 1827 e 1978, apenas 136 sobreviveram. Costa (1989), estudando a mesma área, descobriu que muitos desses títulos não desapareceram, mas mudaram sua denominação, em função da alteração de nome das entidades publicadoras. O desaparecimento das revistas se dá por uma seleção natural das melhores. Lemos (1982) acrescenta, ainda, que a tendência de proliferação de títulos segue uma característica comum dos países subdesenvolvidos, qual seja, de elevada taxa de natalidade, associada a altos índices de mortalidade.

Rosa (1992) também refere-se ao tempo curto de duração das revistas brasileiras e, especificamente em relação à área de Psicologia, diz que os periódicos não duram mais de dois anos, sem comprovar, porém, sua afirmação. Já para a área médica, a idade crítica parece ser a dos seis anos. Segundo Poblacion e outros (1980), se as revistas conseguirem ultrapassar esta idade, sobrevivem. Há ainda os que dizem que os periódicos brasileiros sofrem da síndrome dos três números: o primeiro é publicado com euforia, o segundo já com atraso, e o terceiro e último alguns anos depois.

Os motivos das altas taxas de desaparecimento das revistas ainda permanecem obscuros, mas podemos apresentar algumas suposições: a falta de infra-estrutura para captação de artigos originais que correspondam ao perfil editorial das revistas; a evasão dos artigos melhores para as revistas estrangeiras; os recursos escassos e dispersos para custear a editoração e impressão; a formação deficiente do corpo editorial e amadorismo na execução de tarefas; as dificuldades com a distribuição; a falta de padronização que dificulta a indexação das revistas; e a baixa qualidade gráfica.

2 POLÍTICAS E PROGRAMAS

Para que as revistas brasileiras superem algumas das falhas apresentadas, os autores apontam para a necessidade de políticas e programas capazes de enfrentar os problemas do descontrole e da qualidade editorial.

Já em 1984, Schwartzman manifestava-se especificamente sobre a necessidade desta política, considerando que devia ser incentivado o apoio à criação de vários tipos de revistas, tanto voltadas ao leitor nacional, editadas em português, quanto voltadas para a comunidade científica internacional, em inglês. Salientava, ainda, que as revistas nacionais deveriam buscar níveis de qualidade capazes de atrair a colaboração de nossos cientistas mais capacitados. Esta qualidade, segundo o autor, poderia ser alcançada através da observância aos seguintes aspectos:

- a) qualidade do corpo editorial e integridade do processo de avaliação dos artigos submetidos;
- b) padronização aceita internacionalmente e periodicidade regular, possibilitando sua indexação em fontes internacionais;
- c) emprego de processos gráficos modernos para apresentação correta, rápida e eficaz;
- d) facilidade de relacionamento entre os editores e os leitores para que a revista possa manter interesse e prestígio junto a sua comunidade.

Um dos pontos a serem observados e que interferem na qualidade das revistas, é a falta de comprometimento das instituições mantenedoras com a publicação de seus periódicos. O amadorismo que permeia a publicação das revistas nacionais, tanto daquelas publicadas pelas sociedades científicas quanto as editadas pelas universidades, é decorrente da falta de apoio institucional e de programas que ofereçam recursos para que os periódicos sejam editados.

Até a década de 70, o Brasil carecia de uma política para a publicação de suas revistas, decorrente da própria falta de uma política científica e tecnológica para o país. Até essa data, o apoio às publicações era feito de forma assistemática e por diferentes instituições. Contudo, nessa época, começaram a ser elaborados os planos de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que orientaram a ação do governo para o setor e centralizaram o financiamento da pesquisa em órgãos como o CNPq e FINEP.

Nos vários planos e programas que orientaram a ação do governo brasileiro, nesse período, Tarapanoff (1992) identifica, às vezes explícita, outras vezes implicitamente, uma política de informação em ciência e tecnologia para apoio e desenvolvimento destas áreas. Esta política, para ser efetiva, deveria contemplar o setor de publicações, uma vez que as atividades científicas e tecnológicas consistem, essencialmente, na geração de novos conhecimentos. Para estarem disponíveis, estes

conhecimentos precisam ser registrados e divulgados em canais que possibilitem sua preservação, controle, recuperação e acesso, o que significa serem publicados.

A formulação dessa política, no entanto, não ocorreu de forma sistemática e continuada. Entre os vários planos e programas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, até agora, apenas a Ação Programada em Informação em Ciência e Tecnologia, formulada para orientar a ação do governo entre 1980 a 1985, contemplou um item significativo para a produção de documentos primários. Referindo-se especificamente às revistas como canais de divulgação dos conhecimentos gerados, o documento reconhece que os periódicos nacionais, mantidos por sociedades científicas ou instituições de ensino superior, ainda careciam de padrões mínimos de qualidade editorial e gráfica. Como razões para isso, apontava a falta de recursos humanos qualificados para o trabalho de editoração, acompanhado de baixos salários para quem atua no campo, como também a inexistência de manuais e normas nacionais que abranjam todos os aspectos da editoração de livros e periódicos. A persistência de problemas como a descontinuidade e periodicidade irregular foram também ressaltadas no documento, bem como a carência de conselhos editoriais competentes que realmente avaliem o mérito dos trabalhos apresentados para publicação. Com estas deficiências, assinalam os formuladores da crítica, muitos trabalhos - talvez os melhores de nossa produção científica - sejam enviados para o exterior.

Em decorrência das orientações emanadas da Ação Programada (BRASIL. III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1980), os órgãos de fomento à pesquisa - CNPq e FINEP - passaram a desenvolver programas específicos de apoio à publicação de revistas científicas nacionais. Por apresentarem objetivos comuns compatíveis, esses programas posteriormente se associaram, buscando fortalecer a produção nacional de revistas de forma conjunta. Surgiu, então o **Programa de Apoio a Revistas Científicas**.

A meta desse programa sempre foi apoiar, pelo menos, uma revista brasileira de prestígio internacional em cada área do conhecimento. Até hoje, os pedidos de auxílio são apreciados quanto ao mérito pelo Comitê Editorial e só depois disso é feita a separação dos processos que serão atendidos por um ou outro órgão. O Programa cobre, em princípio, parte das despesas gráficas, e chegou a financiar cerca de 130 títulos entre 1995/1996.

As revistas apoiadas por esse programa do CNPq e da FINEP já foram avaliadas, respectivamente, por Oliveira (1989) e por Valerio (1991) em suas dissertações de mestrado. Os dois trabalhos tiveram por finalidade verificar os padrões qualitativos dessas revistas, avaliando tanto os aspectos extrínsecos (relativos à forma), quanto

intrínsecos (relativos ao conteúdo). Concluíram que o programa tem permitido a manutenção da regularidade de algumas revistas e a sobrevivência da maioria; o cumprimento das exigências tem contribuído para o aprimoramento da forma e do conteúdo dos periódicos nacionais.

A partir da segunda metade da década de 80, as fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciaram estudos referentes à adoção de uma política específica de financiamento à publicação das revistas científicas, baseada em critérios seletivos. (Oliveira, 1989)

Em São Paulo, a FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que já vinha concedendo auxílio financeiro à publicação de periódicos desde a década de 70, criou, em 1985, um programa específico para orientar sua ação nessa área. O programa atende prioritariamente o Estado de São Paulo, mas amplia seu raio de ação para todo território nacional, nos casos em que haja algum vínculo das revistas com entidades paulistas. Surgiu da necessidade da instituição colaborar de forma direta e regular com a publicação de revistas científicas. É executado por uma Coordenadoria de Publicações, cuja função vem sendo a de julgar os pedidos recebidos, com vistas a concessão de um apoio financeiro integral ou parcial (Krzyzanowski e outros, 1992). A mesma coordenadoria já procedeu a avaliação dos periódicos quanto ao mérito que lhe permitiu estabelecer uma lista do Núcleo Básico de Periódicos Científicos Brasileiros Correntes, em 1991, renovado em 1996. Um refinamento desta avaliação que inclui conteúdo (mérito) e forma (desempenho) foi feito por Krzyzanowski e Ferreira (1998) utilizando 407 títulos de periódicos que apresenta, entre outras sugestões, que os órgãos financiadores avaliem a possibilidade de manter "...auxílio financeiro constante àquelas revistas consideradas prioritárias..."(p.168).

Outros programas institucionais, especialmente nas Universidades, foram criados para dar apoio às publicações periódicas dessas instituições. Assim, algumas delas estabeleceram políticas e programas com seus próprios recursos para viabilizar a publicação das revistas. A existência de tais programas é um elemento indicativo do valor dado à ciência no interior da instituição, e os critérios impostos para julgamento das revistas oferecem parâmetros para sua aceitação, influenciando de forma definitiva seu desenvolvimento. De acordo com levantamento realizado em 1993 em doze universidades, oito possuíam uma política explícita orientada para a produção de suas revistas, sendo elas: USP, UFPR, UFSC, UFRGS, FURG, PUC/CAMP, PUC/RS, UNISINOS. (Stumpf, 1994)

De acordo com o que foi apresentado até aqui, podemos observar que, nos aspectos de estabelecimento de políticas e programas, as revistas brasileiras já

começaram a ser uma preocupação dos governos e das universidades. Para complementar estas ações, os editores se reuniram em associação e fundaram, em 1985, a ABEC - Associação Brasileira dos Editores Científicos - que objetiva desenvolver e aprimorar a publicação de periódicos científicos, além de visar o aperfeiçoamento da comunicação e da divulgação de informações de interesse entre os editores, mantendo o intercâmbio de idéias, o debate de problemas e a defesa dos interesses comuns (ABEC, 1985). Para alcançar estes objetivos, uma das ações desta Associação tem sido a realização dos Encontros de Editores de Revistas Científicas.

O Primeiro e o Segundo Encontros foram realizados em Minas Gerais e São Paulo, em 1984 e 1985, respectivamente. Deste último, resultou a criação da ABEC. Mais quatro encontros ocorreram até agora, em São Paulo e Minas Gerais, em 1988, 1992, 1994, 1996 e 1998, patrocinados sempre pelo CNPq e FINEP. Os resultados desses eventos, expressos através de conclusões e recomendações, mostram a preocupação dessa Associação na manutenção da qualidade das revistas nacionais, em todas as etapas de seu processo de produção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto as revistas brasileiras impressas ainda não solucionaram todos os seus problemas, um novo formato começa a invadir as publicações científicas: as revistas eletrônicas. Alguns dos problemas apresentados pelas publicações impressas - como a falta de autores, a profissionalização dos editores, a necessidade de avaliadores rigorosos quanto a qualidade do conhecimento a ser veiculado - acompanharão as revistas eletrônicas. Em compensação, alguns problemas serão solucionados em relação às publicações impressas, como uma maior rapidez no fluxo editorial e, principalmente, em relação à distribuição que será mais simples e instantânea.

No entanto, a nova tecnologia que possivelmente dará lugar as revistas impressas, além de necessitar investimentos altos para sua instalação e manutenção, precisará que um novo profissional seja incorporado à equipe de editoração, que domine os conhecimentos da área de informática e de redes. Tudo isto aliado a que os pesquisadores ainda não dão total credibilidade ao mundo virtual (Stumpf, 1997).

Adiantando-se a esta nova era, a FAPESP juntamente com a BIREME - Centro de Informação das Ciências da Saúde para América Latina e Caribe - criaram o Projeto SciELO - Scientific Electronic Library Online - que encontra-se, no momento, em fase de implantação. Segundo o coordenador do projeto, Abel Laerte Packer (1998, p.109), "é uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico... /que/

... organiza e publica textos completos de revistas na Internet/Web, assim como produz e publica indicadores de seu uso e impacto". O projeto visa o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenagem, disseminação e avaliação da literatura científica, cobrindo uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, a serem disponibilizados online. As revistas selecionadas estão sendo publicadas no meio impresso e eletrônico simultaneamente.

A convivência das publicações impressas com as eletrônicas ainda ocorrerá por algum tempo, mas para que ambas sejam aceitas no meio científico os problemas de qualidade científica e os problemas tecnológicos - sejam de impressão, sejam de informática - precisam ser objeto de estudos, de políticas e de decisões, que incluam as revistas brasileiras como parte indispensável no processo de produção da ciência nacional.

BIBLIOGRAFIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS. **Estatuto**. s.l., s.ed., 1985. 11p.

COSTA, A.F.C. Estrutura da Produção Editorial de Periódicos Biomédicos Brasileiros. **Transinformação**, Campinas, v.1, n.1, jan./abr. 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Guia de Publicações Seriadadas Brasileiras**. Brasília, 1987. 672p.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero F.; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.165-175, maio/ago. 1998

_____ e outros. **Programa de Apoio às Revistas Científicas**. sl., s.ed., 1992. 39p.

LEMOS, A.A.B. As Revistas Brasileiras no Setor de Saúde. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v.4, n.7, p.85-100, mar.1982.

MACHLUP, F.; LESSON, K e outros. **Information Through the Printing World: the dissemination of scholarly, scientific and intellectual knowledge**. New York, Praeger, 1978. v.2: Journals.

OLIVEIRA, E.C.P. **O Apoio Governamental às Publicações Periódicas Científicas: o programa de apoio à revistas do CNPq e da FINEP**. Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989. 150p. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

PARKER, Abel Laerte e outros. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.109-121, maio/ago. 1998.

POBLACION, D.A. e outros. Periódicos Biomédicos Brasileiros: paternidade, natalidade e alterações na "idade crítica". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1, Salvador, 1980. **Anais**. Salvador, 1980, p.389-418.

ROSA, J.T. "**Revista Brasileira de Psiquiatria**" como Modelo de Divulgação da Pesquisa Científica: **organização gráfica e sistema editorial**. In: DIVULGAÇÃO de Pesquisas em Psicologia no Brasil. São Paulo, ANPEPP, 1992. p.59-70. (Cadernos ANPEPP, 1)

SCHWARTZMAN, S. A Política Brasileira de Publicações Científicas e Técnicas: reflexões. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v.15, n.3, p.25-32, mar./jun. 1984.

STUMPF, I.R.C. **Revistas Universitárias; projetos inacabados**. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1994. Tese de Doutorado.

_____. O Uso da Internet na Internet na Pesquisa Universitária: o caso da UFRGS. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.21, n.2, p.189-200, jul./dez. 1997.

TARAPANOFF, K. A Política Científica e Tecnológica no Brasil: o papel do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v.21, n.1, p.149-58, maio/ago. 1992.

VALERIO, P.M. **Avaliação do Programa Setorial de Publicações em Ciência e tecnologia: as revistas científicas financiadas pela FINEP**. (1991, Rio de Janeiro). Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 191p.